

**REVISITANDO OS “GRANDES
PROJETOS NA AMAZÔNIA: A
ECOLOGIA POLÍTICA DOS
DANOS E CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS”**

*GREAT PROJECTS IN THE
AMAZON: THE POLITICAL
ECOLOGY OF SOCIO-
ENVIRONMENTAL DAMAGES
AND CONFLICTS*

*REVISANDO LOS “GRANDES
PROYECTOS EM LA AMZONÍA: LA
ECOLOGÍA POLÍTICA DE LOS
DAÑOS Y CONFLICTOS
SOCIOAMBIENTALES”*

Gilcimar Maysonnave da Luz
Mestre em Geografia pela Universidade
Federal de Roraima
Professor efetivo da Secretaria de Educação
e Desporto do Estado de Roraima
E-mail: gilcimarmaysonnave@hotmail.com

Resumo:

A presente resenha debate a obra *Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais*, organizada por André Luís Assunção de Farias e publicada em 2023. O objetivo é revisitar e discutir as consequências dos instrumentos de produção e reprodução capitalista na Amazônia brasileira. Desse modo, este trabalho considera que o livro analisado evidencia danos socioambientais sofridos por povos tradicionais, negros, mulheres e moradores das periferias das cidades, relatados nos estudos de casos.

Palavras-chave: Grandes projetos, Amazônia brasileira, danos socioambientais.

Abstract:

This review discusses the book *Great projects in the Amazon: the political ecology of socio-environmental damages and conflicts*, organized by André Luís Assunção de Farias and published in 2023. The aim is to revisit and discuss the consequences of the instruments of capitalist production and reproduction in the Brazilian Amazon. Thus, this work considers that the book analyzed evidences socio-environmental damages suffered by traditional peoples, blacks, women and residents of the outskirts of cities, reported in case studies.

Keywords: Big projects, Brazilian Amazon, socio-environmental damage.

Résumé / Resumen:

Esta revisión analiza la obra *Grandes proyectos en la Amazonía: la ecología política de los daños y conflictos socioambientales*, organizada por André Luís Assunção de Farias y publicada en 2023. El objetivo es visitar y discutir las consecuencias de los instrumentos de producción capitalista y reproducción en la Amazonía brasileña. Por lo tanto, este trabajo considera que el libro analizado resalta los daños socioambientales sufridos por pueblos tradicionales, negros, mujeres y residentes de la periferia de las ciudades, reportados en los estudios de caso.

Mots-clés / Palabras-clave: Grandes proyectos, Amazonía brasileña, daño socioambiental.

A Amazônia Internacional é composta por oito países e um território ultramarino francês (Guiana Francesa), destacando-se por sua importância ecológica no contexto climático do planeta. A área pertencente ao território brasileiro é complexa por comportar na contemporaneidade uma diversidade de interesses ligados aos povos tradicionais, aos produtores do espaço urbano e aos idealizadores de grandes projetos que atendam aos negócios capitalistas.

Partindo dessas premissas, este trabalho é uma resenha do livro *Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais*. Sua relevância se dá pela necessidade de ponderar a conjuntura socioambiental da Amazônia e sua vulnerabilidade em face do avanço das atividades predatórias capitalistas, que alteram o ecossistema com suas megainfraestruturas, mineração, monoculturas e pecuária, visando o “desenvolvimento” desta região, no Brasil.

O livro é organizado por André Luís Assunção de Farias e composto por quinze capítulos escritos por diversos autores, pertencentes à Universidade Federal do Pará (UFPA) e Universidade de Brasília (UnB). Os capítulos referem-se a estudos de casos realizados no estado do Pará, que, em sua maioria, apresentam metodologia com abordagem descritiva e de caráter exploratório.

O primeiro capítulo, intitulado “Fases dos grandes projetos na Amazônia: a ecologia política desvela o véu da dominação”, tem como intuito, segundo os autores, analisar as facetas dos grandes projetos na Amazônia paraense como manifestações de dominação. A metodologia utilizada foi a análise bibliográfica e a descrição como abordagem.

Nesse sentido, o trabalho elenca grandes projetos como: Programa Grande Carajás; Projeto Trombetas; Projeto Jari; rodovia Belém-Brasília; projetos agropecuários; UHE-Tucuruí; BRs 230 e 163, entre outros, que foram implementados por grandes empresas e pelo Estado brasileiro, assentados em discursos de modernidade e desenvolvimento regional, sem a consulta aos povos locais, ocasionando expropriação de terras e danos socioambientais em territórios tradicionais e áreas urbanas.

O capítulo dois é denominado “As transformações do trabalho feminino na dendeicultura: contradições entre a dominação e liberdade em Tailândia/ PA”. Tem como premissa principal, segundo os autores, compreender as transformações do trabalho feminino no campo e como este se relaciona com a proposta de desenvolvimento local. O estudo ocorreu em caráter exploratório, com uso de entrevistas e questionários, ouvindo agricultores, empresários e funcionários públicos.

Partindo disso, a pesquisa faz uma delação da usurpação dos direitos trabalhistas dos agricultores (em especial das mulheres) de Tailândia, PA, onde o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher está desativado, o que favorece o surgimento de vulnerabilidades desse gênero na seara laboral, diante dos interesses capitalistas da monocultura do dendê. Outro fator refere-se à corrupção de agentes públicos em desfavor dos agricultores locais, o que coloca em xeque a segurança alimentar e a propriedade da terra, segundo os autores.

No tocante ao terceiro capítulo, designado “O conflito socioambiental e gestão de terra pública: monocultura de Palma versus Comunidades do Vale do Acará – PA”. O objetivo central é discutir a monocultura do dendê como um grande projeto na Amazônia paraense e o papel do Estado e de suas instituições ao

tomar decisões relacionadas à mesma. O estudo se ancora em referencial bibliográfico e reflete sobre os conceitos de periferia exportadora, ecologia política e justiça ambiental.

Assim, o texto aborda o cultivo de dendê no Vale do Acará, PA, destacando a mudança da dinâmica do uso e ocupação do solo, uma vez que registra-se conflitos socioambientais entre povos há décadas ali instalados e empresas representantes do grande capital. Ainda, enfatiza a inércia e burocracia do Estado para a resolução das problemáticas, o que em muitos casos finda em expropriação de terras, por parte dos agricultores locais, e mesmo em de vidas humanas, geralmente dos subalternos.

O quarto capítulo, “Conflito socioambiental e lixo tóxico: atuação do Ministério Público Estadual no caso da Companhia Brasileira de Bauxita, em Ulianópolis (PA)”, tem como objetivo analisar os danos e conflitos socioambientais decorrentes da instalação da Companhia Brasileira de Bauxita (CBB), em área de floresta tropical, na cidade de Ulianópolis, PA. O trabalho é ponderado com abordagem exploratória a partir do conceito de danos socioambientais.

Dessa forma, o ensaio frisa que os agricultores e extrativistas locais foram as principais vítimas do criminoso despejo de rejeitos tóxicos decorrentes da extração mineradora no município, bem como da exportação de lixo tóxico de outras regiões do país para Ulianópolis. Como reação, o Ministério Público do Pará (MPPA) interveio, paralisando as atividades socioambientais danosas e orientando a população local a ficar longe da área e não usar objetos descartados nesse processo, como os tambores para armazenamento de água.

O capítulo cinco é denominado “Da resistência silenciosa ao grito das águas: elementos autoetnográficos (da atualização) de um conflito”. Objetiva analisar as diversas formas de resistência, das mais cotidianas e silenciosas, até as mais espetaculares, que ribeirinhos e quilombolas manifestam contra a implantação do Terminal Portuário de Uso Privado Abaetetuba/Cargill. Quanto ao método, a pesquisa está baseada na etnografia e autoetnografia.

As autoras relatam os conflitos e danos socioambientais nas ilhas de Abaetetuba devido a instalação de empreendimentos do grande capital na região. A instalação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Complexo Industrial de Barcarena e a tentativa da empresa Cargill de construir um terminal de uso privado na ilha Xingu têm provocado resistência silenciosa e espetacular dos ribeirinhos e quilombolas, por conta de alterações em seus modos de vida e ameaça à autonomia territorial.

“Grandes Projetos de Mineração: conflitos socioambientais provocados na Amazônia” é o sexto capítulo e tem como intuito sistematizar os conflitos e impactos socioambientais provocados e/ou desencadeados em decorrência de construções de barragens de rejeitos de mineração das empresas Hydro/Alunorte e Imerys Rio Capim Caulim S.A, no município de Barcarena, PA. A metodologia da pesquisa foi integralmente bibliográfica e descritiva.

Nesse viés, o autor reflete sobre os temas desastres e suas dimensões, impactos socioambientais, o capital e Amazônia, barragens e riscos. O trabalho elenca os desastres ambientais, como o vazamento de barragens e de óleo nos corpos hídricos de Barcarena entre 2000 e 2018, considerando a fauna e a flora, bem como os vulneráveis socioeconômicos como os mais afetados com os problemas

advindos da implementação de grandes projetos minero-siderúrgicos no município.

O capítulo sete, intitulado “Grandes projetos e conflitos socioambientais na Amazônia o uso desigual dos recursos naturais como causa?”. Tem como principal objetivo compreender o papel dos grandes projetos em relação aos conflitos, problematizando o uso desigual dos recursos naturais. A revisão bibliográfica e consulta documental foi a metodologia adotada pelo autor, abordando a ecologia política e o conceito de conflitos ambientais.

O trabalho reflete ainda sobre os conceitos de recursos naturais e meio ambiente, com vistas a fundamentar os impactos causados pelos grandes projetos às comunidades tradicionais, afetando o uso dos recursos que são essenciais à sobrevivência desses povos. Com base nisso, o manuscrito exemplifica os prejuízos de comunidades a jusante de construções hidrelétricas que tiveram drástica redução de pescado devido à mudança da dinâmica dos corpos hídricos, base destes empreendimentos.

O oitavo capítulo, alcunhado “Grandes projetos na Amazônia: danos e conflitos socioambientais na Terra Indígena Cachoeira Seca (PA)”, visa identificar a dinâmica do processo de desmatamento através de focos de calor na Terra Indígena Cachoeira Seca, no período de 2010 a 2020. Para tanto, foram utilizadas imagens de satélites da Terra Indígena (TI) e de seu entorno (em um raio de cinco quilômetros) coletadas junto ao Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE).

Partindo desses pressupostos, os autores asseveram a intrínseca relação do aumento dos focos de calor na TI, principalmente, no último triênio do período analisado, ao aumento do desmatamento devido às desestruturações dos aparelhos de

fiscalizações estatais. Nesse sentido, as imagens geoespaciais mostram que os focos de calor se adensam na borda da TI, às margens da BR 230, constituindo a extração ilegal madeireira e a agropecuária como fatores explicativos para a problemática.

O capítulo nove, denominado “Grandes projetos urbanos e mobilidade na Amazônia: o caso do Bus Rapid Transit (BRT) metropolitano da RMB (PA)”, tem como objetivo analisar o transporte público na Região Metropolitana de Belém (RMB) a partir da ótica do Grande Projeto Urbano *Bus Rapid Transit* (BRT). A metodologia fundamenta-se em revisão bibliográfica e documental com caráter exploratório.

Os autores destacam a importância da antiga ferrovia Belém-Bragança e a construção da BR-316 para o surgimento da RMB (composta por sete municípios). Nesse sentido, enfatizam a conurbação entre os municípios de Belém, Ananindeua e Marituba, foco da implantação do BRT da RMB, tendo em vista que a maioria da população usa transporte coletivo na metrópole. Ainda, destacam a burocracia, a falta de recursos e a ausência de consenso entre município e estado como fatores para a demora na conclusão do projeto.

O décimo capítulo, designado “Grandes Projetos Urbanos na Amazônia: entre o Portal da Amazônia e a porta do inferno?”, tem como alvo manifestar os principais danos e riscos socioeconômicos e ambientais originados a partir da implantação de Grandes Projetos Urbanos (GPU) na Amazônia. O estudo se ancorou em revisão bibliográfica, e refletiu sobre os conceitos de GPU e Ecologia Política Urbana.

O manuscrito faz uma ponderação sobre o Projeto Portal da Amazônia, região central de Belém, PA, plano desenvolvido pela

prefeitura que retirou as famílias da localidade e construiu uma obra urbanística. Todavia, segundo os autores(as), a obra teve caráter de embelezamento citadino e fins comerciais/turísticos, causando segregação socioespacial devido ao encarecimento do solo urbano na região. Ademais, os moradores se sentem lesados pela falta de cumprimento de promessas da administração municipal.

O capítulo onze, nomeado “História dos Grandes Projetos e danos socioambientais na Amazônia: a trajetória do Projeto Trombetas no estado do Pará”, objetiva refletir sobre a história dos Grandes Projetos na Amazônia e seus danos socioambientais, exemplificado pelo Projeto Trombetas, localizado no município de Oriximiná, na mesorregião do Baixo Amazonas, no estado do Pará. A revisão bibliográfica com caráter exploratório foi o método utilizado.

Dessa forma, a pesquisa faz um panorama geo-histórico sobre a implantação de grandes projetos desenvolvimentistas na Amazônia brasileira, destacando as consequências da implementação do Projeto Trombetas, no Pará, na década de 1970. Segundo os autores, o projeto ocasionou sérios danos socioambientais aos quilombolas situados no entorno do empreendimento, como: deslocamentos compulsórios, impedimento de acesso aos recursos ambientais, desterritorialização etc.

O décimo segundo capítulo, intitulado “Mineração e conflitos ambientais: estratégias corporativas de gestão dos ‘riscos sociais’ em Onça Puma”, tem como intuito discutir as estratégias de gestão de risco social adotadas pela empresa Vale S/A, no contexto de exploração de níquel, no sudeste do Pará, na Amazônia brasileira. O estudo se pautou em análise bibliográfica descritiva e pesquisa exploratória em campo.

Destarte, os autores evidenciam os problemas socioambientais causados por atividade mineradora do projeto Onça Puma a indígenas e assentados rurais de Ourilândia do Norte. Além da ocupação de Terra Indígena e desterritorialização de assentados, o texto revela que o PA Campos Nossos sofre a prática do “financiamento do silêncio” (doação de dinheiro), usado pela Vale como gestão de risco social, visando inibir protestos e dividir os grupos afetados.

O décimo terceiro capítulo denominado “Percepção de famílias tradicionais sobre riscos ambientais e de saúde associados à expansão de cultivos de soja no Planalto Santareno, Oeste do Pará”, objetivou avaliar a percepção do impacto da expansão de cultivos de soja na zona rural dos municípios de Santarém e Mojuí dos Campos, oeste paraense. O trabalho foi realizado com base em questionário exploratório e descrição dos resultados.

Os autores relatam a insatisfação dos agricultores da área de estudo quanto à chegada dos sojicultores à região, principalmente devido ao intensivo uso de agrotóxicos na monocultura. Segundo os pequenos agricultores, notou-se a mudança nos corpos hídricos, o aparecimento de doenças de pele e respiratórias, e associam tais questões com a proximidade entre as plantações de soja e as comunidades locais. Outra consequência é o abandono das comunidades por pessoas que ali viviam.

O penúltimo capítulo tem como título “Usos e abusos dos recursos hídricos pela dendeicultura na Amazônia Paraense” e visa mostrar os usos dos recursos hídricos pelo cultivo dessa palmeira no espaço rural da Amazônia paraense, concebendo-a como agro-hidronegócio. Para tanto, usou-se amostras de geoprocessamento

digital, análise bibliográfica e documental, além de pesquisa em campo.

Os autores destacam a produção do Dendê nessa porção amazônica como influenciadora da dinâmica da paisagem, da configuração socioespacial e econômica das localidades onde se inserem. Nesse contexto, afirmam que a produção é grande consumidora de recursos hídricos e tal necessidade tem provocado danos socioambientais na microrregião de Tomé-açu, , por exemplo: assoreamento de rios e igarapés, plantação próxima a nascentes, contaminação de corpos hídricos, entre outros problemas.

O décimo quinto capítulo é denominado “Violência, lutas e alternativas aos grandes projetos na Amazônia”. Tem como propósito fomentar discussões sobre o modelo de desenvolvimento da Amazônia no âmbito dos grandes projetos, bem como propor novas alternativas econômicas sustentáveis levando, em conta as características socioambientais da região. Quanto ao método, o trabalho é pautado em análise bibliográfica com caráter descritivo.

Nesse sentido, os autores refletem sobre a proposta desenvolvimentista implementada a partir de 1964 na Amazônia, destacando os projetos mineradores e energéticos ancorados em mitos propagados à época. Frisam os grandes problemas socioambientais resultantes dessa política autoritária na região. Por fim, elencam proposições como: manejo florestal, pesca artesanal, turismo e fabricação de produtos fitoterápicos, entre outros, como formas econômicas alternativas sustentáveis à região.

Em linhas gerais, o livro *Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos danos e conflitos socioambientais* propõe reflexões direcionadas ao mundo científico e à sociedade em geral, principalmente aos amazônicos, tendo em vista o foco nas

problemáticas socioambientais que assolam a região. Nesta perspectiva, é salutar que os simpatizantes e defensores da Amazônia tomem conhecimento dos diversos enredos usados pelo poder hegemônico em detrimento da exploração da região e para que possam buscar novas formas de resistência.

Portanto, a importância do livro resenhado se fundamenta por lembrar o contexto geo-histórico de ocupação da Amazônia brasileira, o que nos permite compreender a realidade atual. A publicação é relevante ainda por delatar as variadas formas de degradação socioambiental em curso na região, onde os indígenas, ribeirinhos e os demais vulneráveis são os mais impactados pelo modelo “desenvolvimentista” capitalista, que age com a ajuda e conivência do Estado brasileiro.

Referências Bibliográficas

FARIAS, André Luís Assunção de. (Org). Grandes projetos na Amazônia: a ecologia política dos impactos e conflitos socioambientais. ISBN 978-65-5360-260-1. Guarujá-SP: Científica Digital, 2023, 240 p.

Submetido em: 15 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 02 de maio de 2024

Aprovado em: 12 de maio de 2024

DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3341

Como citar:

MAYSONNAVE DA LUZ, G. REVISITANDO OS “GRANDES PROJETOS NA AMAZÔNIA: A ECOLOGIA POLÍTICA DOS DANOS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS”. *Terra Livre*, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 860-871. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3341>. Acesso em: dia/mês/ano.